



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

**EAD:**

**GOVERNO DESCONSIDERA A SOBRECARGA JÁ
EXISTENTE E INTENSIFICADA QUE DOCENTES E
ESTUDANTES ENFRENTAM DURANTE A PANDEMIA**

Passamos de 30 mil mortes pela COVID-19 e a preocupação do presidente é salvar o capital e a sua família

Um minuto de silêncio em homenagem aos mortos pela COVID-19! Mas, precisamos mais do que homenagear quem se foi, precisamos lutar para evitar mais mortes! No momento em que o país ultrapassa as 30 mil mortes e já é o segundo do mundo em infectados, a principal preocupação do governo federal tem sido salvar as empresas, o capital e o comércio. Como parte de uma tentativa insana de imprimir um ritmo de normalidade à absoluta excepcionalidade que vivemos no Brasil, o governo federal e alguns governos estaduais e municipais anunciam ações para reabrir o comércio.

As mortes que a cada dia ganham nomes, rostos e se tornam mais próximas, atingem sobremaneira a população mais pobre do país, revelando a profunda desigualdade estruturante do Brasil. A pandemia nos ajuda a enxergar as desigualdades, o descaso dos governos, as prioridades do Estado e a necessidade de políticas públicas estruturadas e de qualidade. Sim, só políticas públicas de qualidade, garantidas pelo Estado, são capazes de assegurar direitos para a população, em especial para os segmentos mais pauperizados, como moradores de periferias, população em situação de rua, pessoas com deficiência, LGBTQT, mulheres, quilombolas, ribeirinhos, povos indígenas e ciganos, entre outros.

O que seria da população se não fosse o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)? Mesmo

com pouco investimento e precarizados, estão sendo a salvaguarda dos mais pobres. Imaginem se recebessem a destinação de verbas que pagam os juros da dívida pública, os investimentos estatais nos bancos, contassem com todo o recurso das dívidas perdoadas pelo Estado aos empresários.

Em meio às mortes e à expansão da contaminação, aos pedidos desesperados de ajuda solidária, da produção de materiais por parte das Universidades, Institutos Federais e CEFET para combater a COVID-19, em meio às ações de solidariedade produzidas pelas seções sindicais e pelas instituições de ensino, o MEC, possivelmente seguindo a mesma lógica explicitada pelo Ministro do Meio Ambiente na reunião ministerial de 22 de abril, tenta “aprovar de baciada” uma série de ações infralegais para regulamentar um arremedo de ensino a distância e o trabalho remoto nas instituições públicas de ensino.

Assim tem seguido o ministro da Educação, como um “militante”, segundo suas próprias palavras na referida reunião ministerial. Um militante da anticiência, do profascismo, do autoritarismo, um militante reacionário, a serviço da agenda da escola com censura, um militante do capital, a serviço da privatização da educação e da destituição de seu sentido pleno que é educar para “ler o mundo”.

É nesse contexto que o(a)s professore(a)s são afetados em sua saúde mental, em seus princípios de defesa de uma educação de qualidade e para todos, baseada no tripé

do ensino-pesquisa-extensão. É nesse contexto que o Congresso Nacional avança em retirada de direitos do(a)s trabalhadore(a)s, que alguns gestores das Instituições de Ensino Superior buscam formas de implantar um arremedo de ensino a distância e exercem assédio moral impondo novas formas de regulamentação do trabalho docente em período de suspensão do calendário acadêmico.

Nesse contexto, de impossibilidade de ações de rua contundentes, os profissionais da saúde, seguindo todo o protocolo de segurança da saúde (distanciamento e EPIs), rebelam-se e ocupam espaços públicos para denunciar o governo federal, as péssimas condições de trabalho, a ausência de EPIs e equipamentos e medicamentos para atender aos pacientes da pandemia. Um salve a(o)s trabalhadore(a)s da saúde! Um salve para os que ousam se rebelar pela vida!

Que possamos avançar nas mobilizações nas redes sociais, de nossas janelas, em ações políticas mais diversas que digam um basta ao governo Bolsonaro e Mourão. Que nos inspiremos na conquista do adiamento do ENEM para pensar novas ações de luta por direitos. Que lutemos para não ter mais mortes e para desnaturalizar as vidas que estão sendo reduzidas a números. Aproveitemos esse tempo para avançar nas ações conjuntas e na unidade de ação, pois teremos que estar firmes para quando pudermos novamente ocupar as ruas e alimentar os sonhos de uma outra sociabilidade.

#FIQUE EM CASA

BASTA BOLSONARO E MOURÃO!

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Cláudio Mendonça

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Diagramação, revisão e arte final: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

Cuide da saúde mental durante a **pandemia da Covid-19**

Na edição passada, *informANDES* nº 103 – abril, iniciamos o importante debate sobre a necessidade do cuidado com a saúde mental durante o período de quarentena e, conseqüentemente, de isolamento social. No material divulgado, apontamos o momento atual, as novidades, além da sobrecarga específica das e dos docentes, que têm lidado com as incertezas do calendário acadêmico e da imposição de aulas virtuais. Nesta edição de maio, trazemos algumas ações individuais e coletivas que podem ajudar a encarar esse momento.

As dicas a seguir foram retiradas da entrevista realizada com o professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Maelison Silva Neves. O docente, que é pesquisador do Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador do Instituto de Saúde Coletiva e doutorando em saúde coletiva pelo mesmo Instituto, aponta para atividades práticas e imprescindíveis para o atual momento. Veja:



AÇÕES INDIVIDUAIS:

1 - Reconheça a gravidade do momento, do quanto está sendo estressante e ansiogênico para todos. Isso ajuda a exercitar a paciência, compaixão, tolerância, empatia e outros afetos necessários para evitar conflitos e para favorecer conexões e solidariedade.

2 - Se for possível, continue ou inicie uma terapia, mesmo que seja online. Em casos de famílias numerosas é mais difícil manter a privacidade, mas tente encontrar formas de obtenção de ajuda profissional quando perceber que está precisando.

3 - Se informe na medida certa, buscando fontes confiáveis de modo a compreender racionalmente a gravidade do problema e assim se preparar para medidas de enfrentamento do mesmo. Essas medidas podem envolver tanto relaxamento das medidas de isolamento

social (em cenários de controle da pandemia) ou seu recrudescimento (proibição total de circulação).

4 - Por outro lado, evite intoxicar-se com tanta informação: insira a busca de informação em sua rotina, mas envolva-se com as atividades diárias conforme planejamento de metas.

5 - Não se cobre tanto em ser produtivo. São tempos excepcionais! O corpo humano não está preparado para isso e o processamento cognitivo pode ser afetado, diminuindo concentração, memória e raciocínio.

6 - Tire tempo para pequenos prazeres, mesmo aqueles da infância que há muito você não se dedicava. Se sentir culpa por estar em ócio, por tirar uma soneca, faça assim mesmo.

7 - Dormir é muito importante! Tente fazer uma higiene do sono, com rotina

para dormir e acordar, desligando-se gradualmente à medida que chega hora de deitar. É normal perder o sono em momentos de tensão. Porém, nesse caso, insista nas atividades de desligamento e higiene do sono.

8 - Que tal retomar uma leitura prazerosa que você deixou de lado por conta do trabalho? Pode até ser um texto acadêmico que não seja relacionado à sua área de atuação. Tente descobrir novas áreas, conhecer aquela que você sempre teve curiosidade.

9 - Tente descobrir habilidades novas, novos gostos, assistir um filme diferente, aprender a cozinhar, por exemplo.

10 - Mantenha uma rotina mínima, com metas curtas ao longo do dia, podendo também se conectar com objetivos de médio e longo prazo, mas sem produzir pressão geradora de mais estresse.



AÇÕES COM FAMILIARES E AMIGOS

Estar atento a como essas mudanças afetam você e seus familiares é muito importante. É um momento que vai exigir cooperação, paciência e compreensão mútua de todos.

1 - É importante compartilhar o trabalho doméstico e o cuidado com filhos pequenos. Essa deve ser a regra de uma sociedade emancipada e esse pode ser um momento importante para colocar o discurso em prática ou para pensar na divisão igualitária do trabalho doméstico como uma responsabilidade ética.

2 - Pode ser um momento importante para conversar mais com seus familiares, conhecer melhor seu filho adolescente (às vezes o trabalho exaustivo nos limita de conhecê-los), de forma natural, por exemplo, conversando sobre um filme ou seriado que viram em conjunto. Abra-se a coisas novas, mesmo que não pareçam imediatamente interessantes, se elas permitirem uma conexão com seus familiares.

3 - Os espaços virtuais coletivos (grupos de facebook, grupos de família, amigos ou trabalho no whatsapp), nesse momento, são importantes para manter o contato social e te manter engajado em alguma atividade que seja prazerosa, que distraia, que faça sentido. Não podem ser fonte constante de irritação, discussão, desentendimento, enfim, contato com afetos negativos. Se perceber que está fazendo mal, sinalize isso para os participantes de modo a modificar o padrão de interação e/ou tente trocar por outras atividades mais leves.

4 - É importante estar em contato com familiares e amigos: falar de como está se sentindo, que estratégias está utilizando para lidar com os estressores e produzir o bem estar possível, além de permitir que eles também se expressem. Pode ser revigorante para todos.

5 - É importante dialogar com familiares e amigos que ainda estão em estado de

negação da gravidade da situação. Vale a pena mostrar evidências, informações claras e confiáveis sobre a necessidade de todos seguirem com o isolamento social, para não se expor ao vírus nem ajudar a disseminá-lo.

6 - Pode ser que alguém muito querido seja relutante, apesar de seu esforço racional de apresentar argumentos sobre a necessidade de isolamento social. Nesse caso, tenha compaixão consigo, equilibre as atividades de tentativa de convencimento com o autocuidado e os limites de nossa responsabilidade com o comportamento do outro. Nem sempre conseguiremos convencer, mas importante ter em mente que tentamos.

7 - Não é também adequado cair na onda do “eu avisei” para pessoas que eventualmente adoecerem. Nesse caso, o ideal é seguir as recomendações dos profissionais da saúde e focar na redução de danos.



AÇÕES COLETIVAS DE LUTA SOCIAL

Infelizmente, muitos dos conselhos acima são inexequíveis ou de difícil implementação para os trabalhadores em condições precárias de trabalho e de vida, resultantes das iniquidades impostas pelo modo de produção capitalista e seus ataques aos direitos sociais. Desse modo, há ações de solidariedade e de luta coletiva que podem ser muito importantes.

1 – É possível contribuir e construir redes de apoio e solidariedade às pessoas que estão em riscos diversos: fome, sem água e outros utensílios de higienização. As comunidades já possuem um amplo saber de ajuda coletiva. Podemos aprender com elas e participar da rede, levando o debate para a diretoria de nosso sindicato e contribuindo também com as iniciativas das seções sindicais.

Incentive sua seção sindical a aderir às campanhas de solidariedade

Existem muitas formas de contribuir, como:

- Organização de campanha de doação de sangue em sua rua ou condomínio. Os bancos de sangue estão com estoque baixo em várias cidades e podem ir até o local para a doação;
- Doação de alimentos e material de higiene para os moradores de periferia;
- Doação de equipamentos de proteção para voluntários que estão na linha de frente nos processos de auto-organização das periferias;
- Financiamento de carros de som nos bairros de periferia;
- Spots de rádio em defesa da vida, da educação, ciência e tecnologia públicas.

LGBTs estão mais vulneráveis durante a pandemia da Covid-19



Foto: Shutterstock

A pandemia da Covid-19 e os seus efeitos têm atingido, de maneira diferente, as várias parcelas da população. Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e pessoas trans (LGBT), além de enfrentarem estigmas e preconceitos que dificultam o acesso à saúde e à uma rede de suporte adequada, se encontram, em grande parte, em situação de vulnerabilidade dentro de suas próprias casas, por conta do isolamento social.

Por ainda dependerem economicamente de suas famílias, muitos sofrem cotidianamente violências físicas e psicológicas, em decorrência da sua identidade de gênero e/ou sexualidade. Em tempos de quarentena, a tendência é que os casos de agressões aumentem, uma vez que LGBTs estão sendo obrigados a conviver por mais tempo com seus agressores. As pessoas LGBTs também podem sofrer violência causada pelo parceiro íntimo enquanto ficam isoladas em casa, sem a capacidade de denunciar abusos à polícia devido ao medo de repercussão e represálias por parte de vizinhos ou autoridades.

Dados de uma pesquisa global realizada pelo aplicativo de relacionamento LGBT, *Hornet*, mostram que cerca de um terço

dos homens gays e bissexuais (cis ou trans) se sentem vulneráveis no ambiente doméstico, tanto física quanto emocionalmente, durante a pandemia do novo coronavírus. Foram enviados questionários aos usuários do aplicativo, sendo que 3.500 pessoas em todo o mundo responderam; 18% dos entrevistados são do Brasil.

A Albert Kennedy Trust (AKT), entidade LGBT sediada no Reino Unido, divulgou nota aconselhando que jovens gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros não "saíam do armário" em meio à pandemia do novo coronavírus. A entidade prevê represálias por parte dos familiares, incluindo a expulsão de casa, se jovens falarem da sua identidade de gênero e/ou orientação sexual neste momento, aumentando o risco de exposição e contágio pelo novo coronavírus. No Reino Unido, mais de 3/4 dos LGBTs em situação de rua saíram de casa após episódios de LGBTfobia.

No Brasil, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) tem contabilizado os casos de violência durante a pandemia, recebidos pelo Disque 100, que é um serviço telefônico para denúncias de violação de direitos humanos. Já são mais de 11,3 mil denúncias, no período de 2 de março a 14 de maio. Diferente dos

números divulgados pela pasta com relação à violência doméstica contra mulheres, não havia casos registrados de LGBTfobia até o dia 14 de maio, data em que a assessoria do ANDES-SN entrou em contato com o ministério questionando a falta de indicadores relacionados à população LGBT. No dia seguinte, constavam na página do ministério 4 casos registrados de violência contra a população LGBT. Os números estão longe de representar a realidade do país.

Números da violência: A cada 26 horas uma pessoa LGBT é assassinada ou se suicida vítima da LGBTfobia no Brasil, o que confirma o país no topo mundial de crimes contra as minorias sexuais. Em 2019, 329 pessoas foram vítimas de homotransfobia: aconteceram 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%) no país, segundo o relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB) - organização não governamental voltada para a defesa dos direitos dos homossexuais. Segundo o levantamento, mais da metade dos assassinatos de LGBTs no mundo ocorrem no Brasil.

De acordo com Renan Quinalha, docente de Direito da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e militante dos Direitos Humanos, a população LGBT sempre ocupou um lugar de invisibilidade nos dados e informações estatísticas do país. "Não temos dados com relação à população LGBT e isso é um problema. O censo [do IBGE], que é a maior pesquisa domiciliar do país, apaga a população LGBT e a pandemia simplesmente reproduz isso, prejudicando as políticas públicas. A produção de dados por parte do Estado é importante para informar as políticas públicas e pensar em formas de enfrentamento da violência, em especial para a população trans que está na prostituição", disse.

Decisão histórica: No dia 8 de maio deste ano, por 7 votos a 4, o Supremo Tribunal Federal derrubou duas determinações que impediam pessoas LGBTs, principalmente homens gays e bissexuais e mulheres trans e travestis, de doarem sangue. A maioria dos ministros do Supremo considerou a restrição inconstitucional e discriminatória.

Trans

A população trans, dentro da comunidade LGBT, é a que mais sofre violência e a que tem menos oportunidades de se inserir no mercado formal de trabalho. De acordo com dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), cerca de 90% das mulheres trans e travestis têm na prostituição a principal fonte de renda. E, mesmo na pandemia, seguem exercendo seu trabalho nas ruas para garantir sua subsistência, visto que a maioria - apesar de se enquadrarem nas regras para recebimento do auxílio emergencial de R\$ 600 - não conseguiu acesso às políticas emergenciais do Estado neste momento, por motivos como a falta de CPF.

"A população trans, dentro da comunidade LGBT, é o segmento que mais sofre com o processo de exclusão sistemática e de violência. O governo poderia fazer muita coisa, desde políticas de assistência à população trans, que é o mais essencial nesse momento, garantindo renda, alimentação, saúde, bem estar e moradia para essas pessoas que em geral estão desamparadas, fora do mercado de trabalho formal e não têm rede de proteção social. A prostituição coloca essa população em maior vulnerabilidade,

porque é praticada nas ruas, deixando as mulheres trans e travestis mais expostas à violência", afirmou Quinalha.

Acreditava-se que, durante a pandemia da Covid-19, devido à necessidade do isolamento social, os índices de assassinato poderiam diminuir, como aconteceu em outras parcelas da população, crença que não se comprovou verdadeira. Segundo a Antra, houve um aumento de 48% no número de assassinatos de pessoas trans entre janeiro e abril de 2020, em relação ao mesmo período do ano anterior.

No início de abril, o MMFDH lançou uma cartilha com informações sobre a prevenção da Covid-19 direcionada à população LGBT. Organizações LGBTs reforçam que, para além do papel informativo da cartilha, é necessário garantir subsídio e acolhimento para a população que foi expulsa de seus núcleos familiares, não adentraram o mercado formal de trabalho e encontram na prostituição a única possibilidade de retorno financeiro.

Saúde Mental

Além das violências físicas, o isolamento social também pode agravar condições pré-existentes de adoecimento mental, incluindo solidão, depressão, ansiedade e ideação suicida.

Uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que atuam no coletivo "#VoteLGBT", apontou que as pessoas LGBT estão mais vulneráveis à depressão por causa da pandemia de Covid-19. Abrangendo entrevistados de todos os estados do país, a pesquisa foi parcialmente divulgada nos meios de comunicação no dia 17 de maio, Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia.

Dos dez mil brasileiros entrevistados, 44% das lésbicas; 34% dos gays; 47% das pessoas bissexuais e pansexuais e 42% das transexuais temem sofrer algum problema de saúde mental durante a pandemia.

O estudo aponta que 28% dos entrevistados já haviam recebido diagnóstico prévio de depressão. O índice é quase quatro vezes maior do que o registrado entre a população brasileira, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013. A pesquisa ainda revela que 21,6% dos LGBTs entrevistados estão desempregados, sendo o índice geral no Brasil de 12,2%, segundo dados de 2018 do IBGE.

Como se já não bastasse sofrer violências fora e dentro de casa, a comunidade LGBT ainda enfrenta ataques de líderes governamentais e religiosos em diversos

países. Pessoas LGBTs em todo o mundo estão sendo apontadas, culpadas, abusadas, encarceradas e estigmatizadas como vetores de doenças durante a pandemia da Covid-19.

Um dos exemplos mais conhecidos é o de Ralph Drollinger, pastor que lidera um grupo semanal de estudos bíblicos no gabinete do presidente estadunidense Donald Trump, que afirmou que o coronavírus é uma consequência da "ira de Deus" contra aqueles que têm uma "inclinação ao lesbianismo e à homossexualidade". Outro pastor e político do Partido Republicano dos EUA, Earl Walker Jackson, usou seu programa na TV para popularizar a ideia de que a Covid-19 é causada por aquilo que ele chamou de "homovírus".

Em maio, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaid) e a Ação Global MPact para a Saúde e Direitos dos Homens Gays, declararam preocupação com os relatos de alegações falsas sobre a Covid-19. As entidades afirmam que isso tem incentivado a violência e a discriminação contra pessoas LGBTs no mundo inteiro e agravado os desafios já enfrentados no acesso aos seus direitos, incluindo serviços de saúde seguros e de qualidade.

Segundo Renan Quinalha, esta é mais uma tentativa de marginalização e estigmatização. "A população LGBT já foi associada à vários tipos de condenação moral na história. As doenças eram vistas como respostas divinas à diferentes formas de existência de amor e de sexualidade dissidentes, como se fossem castigos, e isso ficou muito marcado com o catolicismo na Idade Média e na HIV/Aids, que foi chamada de 'peste gay' ou 'câncer gay' e durante muito tempo associada à promiscuidade. É comum que nestes momentos de grave crise e de pânico moral se procure grupos vulneráveis para funcionar como bode expiatório. É o que vem acontecendo também com os migrantes, com o processo de fechamento de fronteiras e o aumento da xenofobia", explicou.

Em casos de agressão verbal ou física às pessoas LGBTs, as denúncias podem ser feitas pelo Disque 100 do Governo Federal. Em uma emergência, é possível acionar a Polícia Militar pelo 190.



Ensino remoto é mais um dos diversos ataques do governo à Educação Pública

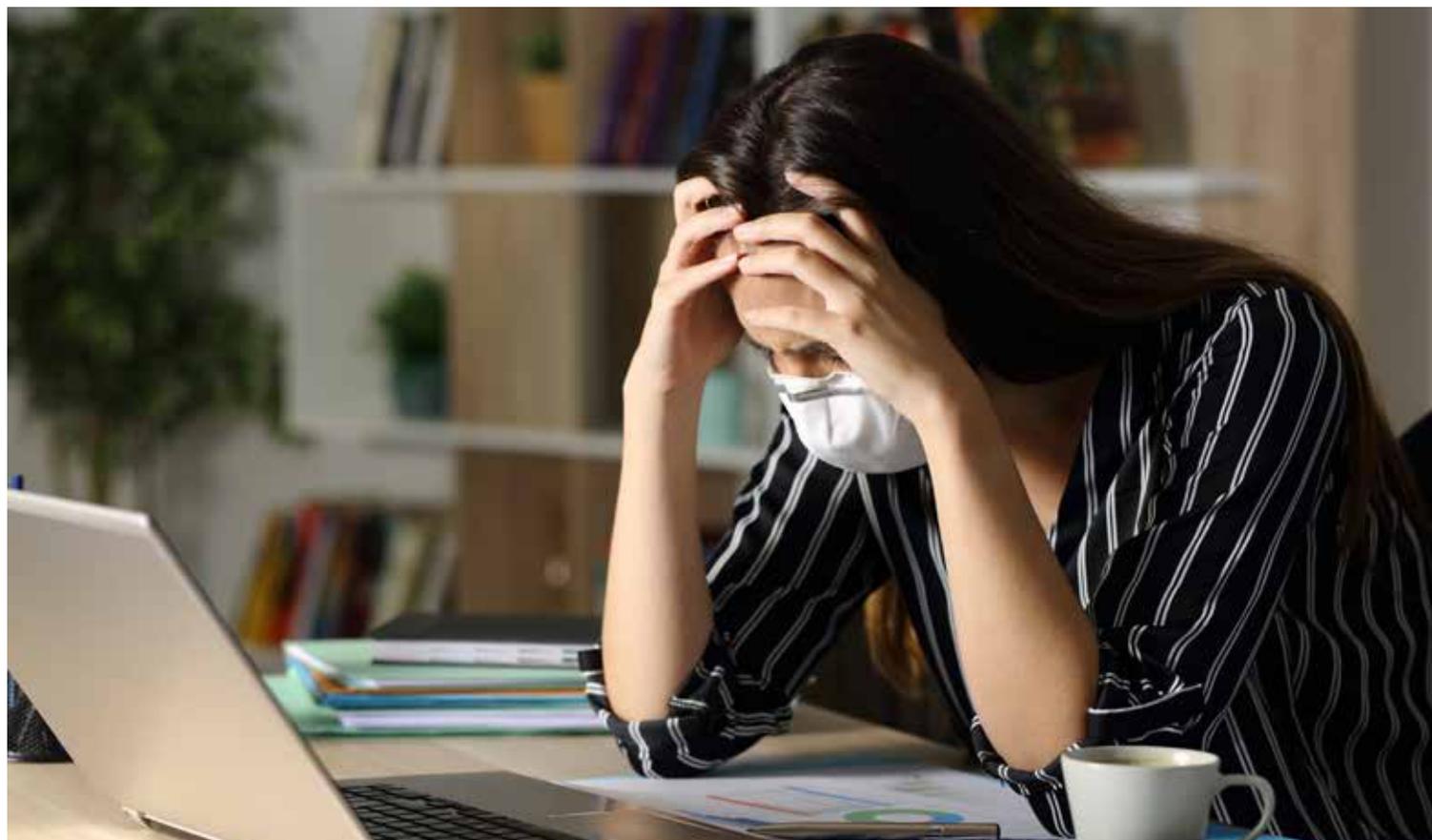


Foto: Shutterstock

A chegada da pandemia de Covid-19 impôs ao mundo uma série de restrições e, aos trabalhadores e trabalhadoras, imensos desafios. No Brasil, às naturais dificuldades do isolamento social, recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), somou-se o projeto de desmonte da Educação Pública que já vinha sendo implementado pelo atual governo. Ainda, ao contrário dos governantes que adotaram, por cautela ou necessidade, as medidas sanitárias recomendadas, o presidente Jair Bolsonaro destacou-se por colocar o povo brasileiro em uma posição de sacrificar a própria saúde em nome de, pretensamente, 'salvar a economia'.

Não obstante, aulas em escolas e instituições de ensino superior (IES) em todo o país foram suspensas, e docentes têm realizado de suas casas atividades para dar continuidade aos estudos, pesquisa, projetos de extensão e tarefas administrativas dos departamentos, durante o período de isolamento.

Enquanto os números de infectados e mortos aumentam a cada dia, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, continua seus esforços de impor ata-

ques aos direitos dos docentes e de estudantes. Agora, redobrando cobranças de produtividade, perpetrando cortes em auxílios e impondo atividades como o ensino a distância.

O Ministério da Educação (MEC) publicou, no dia 17 de março a portaria nº 343 que autoriza, em caráter excepcional, a substituição das aulas presenciais por modalidades que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação à distância, exceto nos cursos de medicina, estágios obrigatórios e disciplinas que exijam laboratórios. A medida vale para a rede federal, incluindo universidades e institutos de educação técnica, além de instituições de ensino superior privadas. Em maio, a pasta estendeu por mais um mês a autorização para que instituições de ensino adotem o ensino remoto no lugar das aulas presenciais.

Segundo o portal do MEC, 59 das 69 universidades e 32 dos 41 institutos federais estão com as atividades suspensas em decorrência da pandemia. Os demais mantêm atividades à distância e poderão gozar da prorrogação definida pela pasta, que vai até junho.

É preciso enfatizar que ensino remoto é uma prática que difere da Educação a Distância - essa é uma tecnologia regida por protocolos, instrumentos e capacitações próprias. Não apenas os professores, mas também os alunos necessitam atender a alguns requisitos como espaço físico, equipamento e acesso à internet para que o método seja viável.

Mariana Trotta, encarregada de Assuntos Jurídicos do ANDES-SN, afirma que o trabalho remoto docente não deve incorporar as atividades de ensino. "Essa é mais uma tentativa de imposição de um ensino a distância, que não é a Educação a Distância (EAD) porque não segue as regras e exigências de uma EAD. É outra forma que precariza a educação, fere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e os direitos de docentes e estudantes", explica Trotta.

Para Eblin Farage, secretária-geral do Sindicato Nacional, o que o governo federal tenta impor às universidades, institutos federais e Cefet não pode ser considerado EAD. "Esse arremedo de EAD é totalmente absurdo e desproporcional neste momento de pandemia e significará uma desigualdade imensa para os

estudantes. Se aprovado, vai impor um ritmo de trabalho aos docentes para o qual não estão preparados emocional e materialmente, com as tecnologias e todo o preparo que o EAD exige na produção de material e manejo das tecnologias. O governo desconsidera a sobrecarga já existente e intensificada pela qual passam docentes e estudantes na pandemia", disse.

Realidade

No Brasil, neste momento, milhares de estudantes encontram-se em situação de vulnerabilidade social e lutam pela sua saúde e de seus familiares. Somando a isso, a falta de acesso à internet e tecnologia de qualidade dificulta a inserção desses estudantes neste modelo de ensino.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pnad 2017, apontam que um quarto dos domicílios não tem acesso à internet. Em 98,7% dos domicílios que declaram contar com acesso à internet, o telefone celular era utilizado para este fim, vindo em seguida o computador (52,3%).

"Há diferentes formas de nos comunicarmos com os nossos estudantes que não seja cobrando ou passando conteúdos que, além de esvaziar o sentido da educação, não vão repercutir no processo de ensino e aprendizado pleno. Os nossos estudantes hoje estão lutando também para sobreviver. A universidade pública se popularizou muito e uma parte dos nossos estudantes está preocupada em como inscrever a sua família no plano emergencial do governo, em como pagar contas, comer, sobreviver. Essa demanda real da vida material é incompatível com a imposição de um ensino a distância", ponderou Eblin Farage.

Corte de adicionais

Em meio à pandemia, o governo federal retirou inesperadamente os adicionais dos salários dos servidores públicos federais. No dia 25 de março, o Ministério da Economia publicou a Instrução Normativa (IN) nº 28, pela qual o governo cancelou, durante o estado de emergência, diversos auxílios percebidos pelos docentes e vedou o cancelamento, prorrogação ou alteração de períodos de férias já programados. A suspensão incide no pagamento de auxílio-transporte, adicional noturno e adicionais ocupacionais dos servidores e empregados

públicos que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais, durante o estado de calamidade pública em decorrência da Covid-19.

Segundo Mariana Trotta, a medida viola direitos dos docentes. "Essa instrução normativa fere os direitos funcionais dos docentes das universidades, institutos federais e Cefet. É importante que as seções sindicais entrem com as ações judiciais, como também questionem, com o protocolo de requerimento administrativo, a IN nas respectivas instituições de ensino", orienta.

O ANDES-SN encaminhou às seções sindicais a minuta de Ação Civil Pública com pedido de tutela de urgência, elaborada pela Assessoria Jurídica Nacional da entidade (AJN), que questiona a aplicação, pelas instituições de ensino, da IN 28. Além disso, o Sindicato Nacional, Fasubra e Sinasefe protocolaram um ofício, junto ao MEC, Andifes e Conif, questionando a aplicação da IN 28.

Outros ataques

Outros ataques também vieram nas instruções normativas 19 e 21, editadas pelo Ministério da Economia. As IN estabelecem uma série de exigências, entre elas a previsão da adoção do regime de teletrabalho e a sua regulamentação e, ainda, apresentação de plano de trabalho.

"Algumas universidades propuseram a regulamentação dessa portaria e das instruções normativas a respeito do trabalho remoto de uma forma que o plano de trabalho tinha que cumprir uma exigência de metas de produtividade e também a necessidade de apresentar relatórios periódicos, o que promove um controle excessivo do trabalho docente, o que pode gerar, inclusive, situações de assédio moral", disse Mariana Trotta.

Para a docente, o debate sobre trabalho remoto e a exigência de um plano de trabalho, em especial nas universidades em que os docentes nunca tiveram que apresentar plano de trabalho, precisa ser democrático, coletivo e garantir a autonomia das IES e do trabalho docente. "Esse debate tem que ser feito dentro das instâncias deliberativas das IES, como conselhos superiores, conselho de ensino e graduação, dentre outros, não de forma impositiva por reitorias ou órgãos administrativos", completou.

Tanto a portaria 343 quanto as Instruções Normativas 19 e 21 esbarram na autonomia universitária garantida pelo artigo 207 da Constituição Federal. O ANDES-SN tem orientado as seções sindicais a travarem uma luta política com as administrações das IES e que os docentes não preencham o plano de trabalho para que seja preservada a autonomia e a saúde mental dos professores.

Para a secretária geral do ANDES-SN, não tem sentido impor um plano de trabalho com a suspensão de calendários acadêmicos nas instituições de ensino. "Essa medida pode explicitar uma forma de assédio sobre os professores, na medida em que tenta exercer um controle exagerado sobre uma condição de trabalho que é absolutamente especial, que estamos vivendo neste momento de pandemia".

O ANDES-SN defende a suspensão de todas as atividades acadêmicas, incluindo os prazos de qualificação e defesa das teses e dissertações. Após o fim da pandemia, através de seus conselhos superiores, universidades, institutos e Cefet, defende rediscutir o calendário acadêmico e a reposição de aulas.

"É necessário reafirmar que a vida está acima dos lucros e que o mais importante, neste momento, é realizar ações de combate à Covid-19, ações de solidariedade e, posteriormente, seremos demandados para debater os conteúdos do processo de ensino e aprendizagem", finalizou Eblin Farage.

EAD

No Brasil, a Educação a Distância (EAD) tem crescido a cada ano. O Censo da Educação Superior 2018 registrou 7,1 milhões de vagas na EAD, enquanto os cursos presenciais contabilizam 6,3 milhões. No final de 2018, o MEC publicou uma portaria autorizando cursos de graduação presenciais a ofertar até 40% das aulas a distância. O limite anterior era de 20%. Na época, a medida foi elogiada pelas mantenedoras de ensino privado no país. As IES particulares detêm a maior parte das matrículas no ensino superior, 75,3%, de acordo com o Censo da Educação Superior. Detêm também 90,6% das matrículas em EAD.

O ANDES-SN defende a modalidade de ensino como ferramenta metodológica complementar e não em substituição às aulas presenciais.

Pauta neoliberal avança com congelamento de salário dos servidores

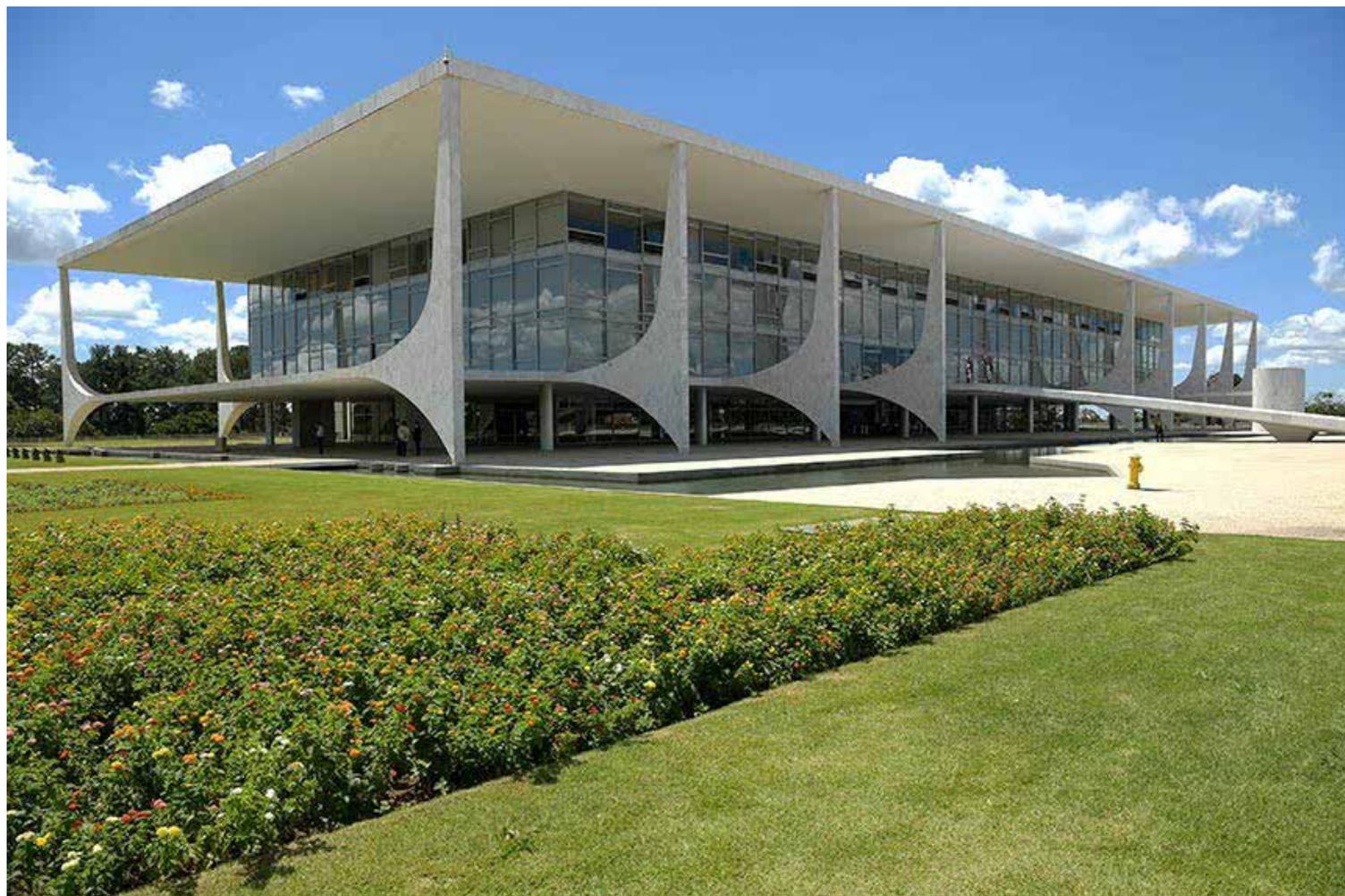


FOTO: PIERO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Votado no Senado e na Câmara, o Projeto de Lei da Câmara PLP 39/2020 foi sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro com vetos nos artigos que permitiriam reajustes salariais aos servidores públicos de algumas categorias que estão atuando na linha de frente no combate ao novo coronavírus.

Se forem mantidos os vetos, a nova lei 173/2020 congelará remuneração de servidores das três esferas (municipais, estaduais e federais) até dezembro de 2021. Também ficam proibidos concursos públicos e reestruturação de carreiras que gerem aumento das despesas com pessoal. Com a nova lei, o governo federal avança no ataque aos servidores públicos, que vem sendo implementado desde o início do mandato em 2019.

Durante a pandemia, em diversas declarações, Paulo Guedes, ministro da Economia, se referiu aos trabalhadores do serviço público de forma ofensiva e

pejorativa. Em recente reunião entre o presidente e seus ministros, divulgada na última sexta-feira (22), o ministro da Economia deu mais uma demonstração de seu desprezo pelo funcionalismo público. “Nós já botamos a granada no bolso do inimigo, dois anos sem reajuste de salários”, disse se referindo ao então PLP 39/2020.

Ajuda aos estados e municípios

Essa medida, além do controle de gastos e desistência de ações judiciais dos estados e municípios contra a União por causa da pandemia, foram imposições do governo para a concessão da ajuda. A lei 173/2020 prevê auxílio de R\$ 125 bilhões, com repasse de recursos e suspensão temporária de pagamento de dívidas.

“Nós servidores públicos, em todos os níveis da federação, acumulamos perdas salariais que chegam a comprometer um terço da nossa remuneração,

como no caso dos SPF. Somado a isso, houve aumento da alíquota de contribuição previdenciária, cortes de benefícios (auxílio transporte, adicionais de insalubridade, periculosidade, etc.) e ampliação da base de arrecadação do imposto de renda, com o não reajuste da tabela e a manutenção da carga tributária regressiva”, explica Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN.

Antonio ressalta, ainda, que reajuste salarial não é privilégio. “Esse é um direito que deve ser garantido pelo Estado, principalmente em tempos de pandemia, quando a prioridade deve ser salvar vidas e não o lucro de rentistas”, afirma.

Boa parte das medidas previstas no Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus não trazem dinheiro novo, mas remanejamos despesas que os estados e municípios teriam com pagamentos previstos até o fim de 2020. A dívida a vencer este ano com a União (R\$ 35,34 bilhões) só será paga a partir de janeiro de 2022.

As dívidas com bancos públicos (R\$ 13,98 bilhões) só serão cobradas a partir de janeiro de 2021. O mesmo ocorrerá com as obrigações com organismos internacionais (R\$ 10,73 bilhões). Além disso, será suspenso o pagamento das dívidas previdenciárias dos municípios (R\$ 5,6 bilhões).

Estados e municípios receberão um repasse total de R\$ 60,15 bilhões. O dinheiro será destinado à saúde e assistência social (R\$ 10 bilhões), aos estados (R\$ 30 bilhões), aos municípios (R\$ 20 bilhões) e ao Distrito

Federal (R\$ 153 milhões). O valor será desembolsado em quatro parcelas até o fim do ano.

O presidente do ANDES-SN aponta que mais esse ataque aos servidores faz parte da estratégia neoliberal de desmonte dos serviços públicos.

“O Congresso Nacional, juntamente com o governo federal e muitos governos estaduais e municipais, utilizam-se da grave crise sanitária e dos ritos abreviados de tramitação de propostas no parlamento para fazer avançar a pauta neoliberal que privilegia o setor finan-

ceiro e mais uma vez retira direitos da classe trabalhadora, tanto no setor privado, quanto no setor público”, critica.

O Sindicato Nacional defende, em conjunto com outras entidades sindicais e movimentos sociais, outras medidas como forma de arrecadação de recursos e recuperação da economia. Entre elas, está a taxação das grandes fortunas e a revogação da Emenda Constitucional 95, que impôs limite nos gastos sociais da União por 20 anos (confira mais no box).

• *Com informações da Agência Brasil*

PELA REVOGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95

Uma das medidas fundamentais para avançar no combate ao novo coronavírus e também na recomposição dos serviços públicos ofertados à população é a revogação da Emenda Constitucional 95. A medida limitou os gastos públicos em áreas sociais como Saúde e Educação pelos próximos 20 anos, deixando o país e sua população mais vulneráveis a situações de calamidade pública.

Essa afirmação é confirmada pelo relatório “O Brasil com baixa imunidade – Balanço do Orçamento Geral da União 2019”, do Instituto de Estudos Socioeconômicos. O documento analisa os gastos orçamentários da União e mostra como as medidas de austeridade fiscal reduziram recursos de programas sociais importantes para combater a pandemia da Covid-19.

O levantamento mostra que, de 2014 até o ano passado, a União cortou em 28,9% as despesas discricionárias do país com programas sociais da União. Só no período entre 2018 e 2019, a queda nos gastos sociais chegou a 8,6%.

O orçamento de 2019 para a saúde, que sofre com um histórico subfinanciamento e insuficiência de recursos para o

Sistema Único de Saúde (SUS), não aumentou em relação ao ano anterior, permanecendo um valor semelhante aos patamares de 2014. No entanto, a população brasileira aumentou em 7 milhões de habitantes nesse período, o que revela uma grave redução das despesas por cidadão nessa área.

Para educação, outro setor analisado pelo Inesc, foram autorizados R\$ 123 bilhões em 2019. Porém, a execução financeira ficou em apenas R\$ 107 bilhões. Em comparação com o executado em 2018, houve uma queda de 3%.

A destinação de recursos para a educação superior pública começou a diminuir, de forma mais expressiva, a partir de 2014. Em cinco anos, foram cortados cerca de R\$ 4 bilhões, mesmo com o aumento da demanda por vagas. O valor pago em 2019 foi menor que o de 2013.

Além da saúde e educação, a publicação do Inesc avaliou a execução do orçamento da União em 2019 de outros seis conjuntos de políticas públicas: direito à cidade, socioambiental, criança e adolescente, igualdade racial, mulheres e povos indígenas.

* *Com informações do Inesc*

Mobilização e organização da luta durante a pandemia



LIVES



Nesse período de pandemia do novo coronavírus, além de todas as dificuldades econômicas e sanitárias impostas pelas medidas necessárias de distanciamento social, a classe trabalhadora também vem sofrendo diversos ataques a seus direitos sociais.

Este cenário tem demandado a contínua ação dos movimentos sindicais e sociais no sentido de manter e ampliar a mobilização da sociedade e também exercer pressão sobre parlamentares e governantes federais, estaduais e municipais e também patrões para cobrar a manutenção dos direitos e garantias.

Além disso, diversas entidades vêm atuando na conscientização da população sobre os riscos da doença e a necessidade de ficar em casa, dentro do possível. E, ainda, desenvolvendo campanhas de solidariedade para mitigar a ausência do Estado em oferecer condições mínimas de sobrevivência para milhares de pessoas que se encontram sem renda para necessidades básicas.

Atnágoras Lopes, da coordenação da CSP-Conlutas, ressalta que não temos uma normalização da convivência em razão da pandemia. No entanto, destaca que, ao mesmo tempo, há milhões de trabalhadoras e trabalhadores vivendo “normalmente”, atuando em atividade produtiva plena, apesar de estarem

submetidos à redução de salários e até mesmo de contratos.

“É absurdo, mas está sendo assim em praticamente todos os ramos da indústria da construção, mineração, metalurgia, energia, calçados e um longo etc. Temos ainda a busca pela sobrevivência dos 40 milhões de autônomos ou informais que, por falta de amparo estatal, são obrigados a irem às ruas todos os dias pra garantir seu sustento.

Se somarmos a essa situação todos os serviços, verdadeiramente essenciais, temos aí um enorme exército de trabalhadoras e trabalhadores a quem devemos defender do risco de morte com a pandemia, do desemprego e lutar pela garantia de renda básica”, afirma.

Ele aponta que, diante desse cenário, a central sindical elencou como pauta a luta por 30 dias quarentena geral; estabilidade no emprego, renda de dois salários mínimos por família; a defesa da vida e das condições de trabalho para os que estão em atividades essenciais e, para alcançar tudo isso, a necessidade do *impeachment* de Bolsonaro e Mourão.

“É assim que para estar perto do conjunto de nossa classe, precisamos apresentar uma política capaz de lutar pelas necessidades objetivas de nossa classe e, de cada luta real ou demanda concreta, insistir em dar um sentido

político comum a essas demandas. Além disso, com a excepcionalidade do necessário isolamento social, temos que ser criativos, solidários e lançar mão de todos os mecanismos das mídias sociais, fazer contatos via telefone, com grupos ou ativistas e promover campanhas de solidariedade ativa aos mais necessitados”, avalia.

Novas ferramentas e antigas formas de luta

Para dialogar com suas bases e com a comunidade em geral, diversas entidades, entre elas o ANDES-SN e as seções sindicais, vêm utilizando com maior intensidade novas ferramentas como as redes sociais, plataformas de streaming, de videoconferências para reuniões e assembleias, podcasts, entre outros. Retomaram também o uso de instrumentos mais antigos de comunicação, como carros de som. Seja como for, as entidades estão buscando marcar presença no cotidiano das categorias e também da população.

Mauro Puerro, dirigente do Sinpro Guarulhos e da Feprof SP, aponta que em qualquer conjuntura, o cenário de pandemia já é muito desafiador. No entanto, em um país governado por Jair Bolsonaro, em que cada dia os direitos sociais e as liberdades democráticas sofrem novos ataques, é uma situação terrível.

“Cada dia nos surpreendemos com um ataque maior. Então, nessa situação, a relação direta com a base das entidades sindicais e movimentos sociais é fundamental. Diante disso, as chamadas mídias sociais ganham um peso muito grande. As entidades têm usado corretamente as lives, os vídeos, os cards, sem abandonar as suas formas de comunicação tradicional, mas, digamos, passaram a usar algo que os movimentos sindical e social no Brasil tinham pouca experiência, como comunicação por whatsapp. Hoje, é uma necessidade das entidades, buscar, via esses instrumentos das redes sociais, o contato direto com a sua base e que permitem furar o bloqueio da mídia tradicional”, detalha.

Mauro, que também é representante do Fórum Sindical, Popular e das Juventudes de Luta por Direitos e Liberdades Democráticas – entidade da qual o ANDES-SN participa –, explica que o Fórum resolveu montar um podcast, pois os vários sindicatos e movimentos já têm suas transmissões ao vivo, e houve a preocupação em não disputar a audiência. Segundo ele, a experiência está se mostrando bastante positiva.

Puerro aponta ainda outras ações que têm surtido bom efeito como o uso de carros de som das entidades para dialogar com suas categorias e também com as populações nos bairros e a realização de assembleias virtuais. Ele menciona o Sindicato dos Metroviários de São Paulo, que realizou assembleia com cerca de 2500 pessoas. “Estamos tendo que nos reinventar, nessa situação, tendo que nos proteger de uma pandemia e, ao mesmo tempo, lutar contra os ataques brutais por parte dos governos”, pondera.

Atnágoras Lopes completa que, respeitando todas as recomendações de prevenção e proteção, se uma ampla parcela da classe está submetida à exploração “normal” e a exposição à contaminação e até à morte por conta da Covid-19, é necessário buscar modos de estar próximo e até presentes nos locais de trabalho e moradia.

“Carros de som, faixas, cartazes, adesivos e até mesmo a presença de algum dirigente em ações concretas de conscientização, denúncia, exigência e mesmo em alguma atitude coletiva e mais contundente que se coloque como necessária. Temos de estar juntos”, salienta.

O dirigente da CSP-Conlutas destaca também importantes ações de resistência, solidariedade e auto-organização. “Temo visto, por exemplo, em comunidades como Paraisópolis, em São Paulo; as iniciativas do Luta Popular que em vários estados, que tomam ações práticas solidárias, unificando o movimento urbano e camponês; as ações

e mobilizações organizadas pelas bases dos trabalhadores e trabalhadoras da Saúde, as manifestações e até paralisações ocorridas em setores como metalúrgicos de São José dos Campos e rodoviários, entre outros”, pontua.

Solidariedade

Outra medida que as diversas entidades e movimentos têm desenvolvido como forma de estar próximo às trabalhadoras e trabalhadores e também à comunidade, além de exercer a solidariedade de classe, são as campanhas de arrecadação e doação de alimentos, materiais de higiene e outros que possam auxiliar a população a atravessar esse período.

Mauro Puerro citou como exemplo a campanha desenvolvida pela subsede da Apeoesp SP, que está distribuindo cestas básicas aos professores e funcionários das escolas e trabalhadores terceirizados, os quais foram demitidos pelo governo Dória após o fechamento das escolas. Além disso, a ação atende a comunidade que reside próxima à subsede da Apeoesp. Várias seções sindicais do ANDES-SN vêm adotando medidas nesse sentido, visando apoiar a população e também os serviços de saúde.

“São ações que extrapolam a relação das entidades sindicais com a categoria e permitem que as entidades sindicais levem suas bandeiras e posicionamentos para além da categoria. É uma situação que abre a possibilidade, se agirem corretamente, de furar a bolha e reposicionar o movimento sindical na sociedade”, avalia.

Pressão

Outro papel importante dos movimentos sindicais e sociais é mobilizar trabalhadoras e trabalhadores para pressionar patrões e governantes em defesa de seus direitos. Além das paralisações e atos de rua, este último dificultado pelo distanciamento, outras ferramentas de luta têm ganhado repercussão nesses meses de pandemia, como os barulhões organizados através das redes sociais e realizados em diversas cidades do país contra os posicionamentos do presidente Jair Bolsonaro e em defesa do Sistema Único de Saúde.

Outra campanha nas redes que exerceu grande pressão, e conseguiu algum avanço, foi a mobilização pelo adiamento do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O movimento encabeçado pelos estudantes com o apoio de diversas entidades, conseguiu postergar a realização da prova.

Manifestações mantendo o distanciamento social e com a utilização dos equipamentos de segurança também ganharam repercussão como foi o ato realizado por trabalhadores e trabalhadoras da saúde em 1º de maio em Brasília (DF) e em outras cida-

des, a marcha dos moradores de Paraisópolis em São Paulo (SP), e a manifestação dos trabalhadores do transporte em Recife (PE).

“Nesse momento, não temos como colocar multidões nas ruas, fisicamente. Mas essa condição nos permite disputar consciências de outras maneiras e ganhar a população para as pautas que nós defendemos”, salienta Puerro.

Pós-pandemia

Mauro ressalta ainda que a perspectiva do pós-pandemia é gestada nesse processo. “O manifesto do Fórum, apresentado em seu lançamento, tem dois pontos centrais: a necessidade de buscar a unidade na luta por direitos, que a gente previa que estavam sendo atacados, e que os ataques seriam bem mais violentos com esse governo. E, também, a defesa das liberdades democráticas, uma vez que estamos diante de um governo protofascista, com uma estratégia de tomar medidas de diminuir e/ou acabar com as pouquíssimas liberdades democráticas que temos”, pontua.

Para o representante do Fórum Sindical, Popular e das Juventudes de Luta por Direitos e das Liberdades Democráticas aponta que é necessário consolidar a unidade em torno de um programa em defesa da classe trabalhadora e, nesse marco, tomar medidas que busquem enfraquecer e derrubar esse governo. “A medida, por exemplo, de um pedido de *impeachment* encaminhado pelas entidades e movimentos sindicais, sociais e populares junto com organizações políticas, prepara as necessárias ações de massa que vamos ter que fazer quando a diminuição do isolamento permitir”, avalia Puerro.

Atnágoras Lopes ressalta que é preciso pensar o pós-pandemia, uma vez que os capitalistas já estão refletindo sobre isso. “É preciso apostar e contribuir para a elevação de uma consciência socialista como perspectiva e estratégia. Na perspectiva dos capitalistas, o que vai nos sobrar é o aprofundamento da barbárie. Na nossa, deve primar a aposta para nos libertar desse mundo de opressão e exploração e, para isso, confiar na nossa classe”, acrescenta o representante da CSP-Conlutas.

Mauro Puerro avalia também que é necessário tirar lições e aprender com esse processo, que pode permitir que as entidades sindicais ampliem a relação com suas bases e com toda sociedade. “Os sindicatos podem voltar a ter o protagonismo que tiveram nos anos 80 e 90 e, inclusive, disputar hegemonia na sociedade. Disputar a luta pelo fim desse governo e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária”, conclui.